

À PROCURA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: AGRICULTURA URBANA NAS CIDADES BRASILEIRAS DE BELÉM E DE PRESIDENTE PRUDENTE

Isabel Maria Madaleno (*)

RESUMO - Oito em cada dez brasileiros vivem em cidades. A intensa migração urbana não é recente, mas constitui um desafio constante e um teste frequente às capacidades dos governantes e dos planeadores, pois se criar emprego, habitação, saúde para toda essa mole humana já é difícil, preservar a qualidade do ambiente urbano constitui muitas vezes tarefa quase impossível.

Uma das soluções encontradas pelo poder local no Brasil foi a da promoção de actividades primárias em meio urbano, em especial a agrícola, o que contribui a um tempo para a conservação dos espaços públicos que os municípios não têm recursos financeiros ou humanos para cuidar, como para a obtenção de rendimento, emprego e alimento por parte das classes social e economicamente mais desfavorecidas. Belém, a populosa capital do estado nortenho do Pará e Presidente Prudente, cidade média do interior do Estado de São Paulo, foram as urbes que seleccionámos para a nossa pesquisa sobre a agricultura urbana. Ambas evidenciaram orgulhosas seus espaços verdes, quase sempre cultivados pela mulher, suma responsável pela nutrição e bem-estar da família, outras vezes cuidados por jovens desempregados e famintos, ou ainda amorosamente trabalhados por idosos, carentes de motivações e de renda, já que as pensões pagas são as mais das vezes miseráveis.

Relevante conclusão foi a de que a prática da agricultura não é fenómeno recente, nem transitório. Acima de 1/3 dos inquiridos amanhavam a terra há mais de 20 anos. Apesar de a população economicamente mais desfavorecida ser a mais activamente envolvida nestas actividades, a agricultura urbana não era desprezada pela classe média, nem pelos pequenos empresários locais, envolvidos no cultivo do cinturão verde urbano e na comercialização de produtos frescos.

O artigo baseia-se, portanto, em duas amostragens às actividades primárias praticadas em cidades brasileiras. A primeira foi extraída de Belém, em 1998, uma urbe com mais de 1,2 milhões de habitantes, a maior da Amazónia, prenhe de tradições na área da fruticultura e das plantas medicinais herdadas dos índios e dos portugueses, os primeiros colonos europeus. A segunda cidade foi seleccionada no estado mais industrializado do Brasil e estudada em 1999, estando sita numa área de colonização recente e de domínio da pecuária de corte, onde abundam colonos de ascendência japonesa, com hábitos alimentares sui generis, e onde residem gentes oriundas um pouco de todo o país.

O melhoramento do ecossistema urbano é seguramente um dos benefícios que resultam da prática da agricultura dentro ou na periferia das cidades, por várias ordens de razões: mais de metade dos agricultores urbanos entrevistados por nós usavam resíduos sólidos como fertilizante; os quintais e, no geral, os espaços cultivados produzem oxigénio, embelezam a cidade e constituem verdadeiras reservas genéticas. Acresce ainda que, dada a intensa e/ou persistente precipitação registada em ambas as urbes, a manutenção de espaços de infiltração das águas, como os pesquisados, minora a ocorrência de inundações, de enxurradas, diminuindo as probabilidades de se registarem catástrofes naturais.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar dos urbanitas dos países em desenvolvimento constitui uma das maiores preocupações dos organismos internacionais, na actualidade. Por segurança alimentar entende-se a possibilidade de qualquer indivíduo obter acesso a uma alimentação adequada a uma vida activa e saudável. A alimentação, para ser adequada, deve conter não só suficientes calorias, como as necessárias vitaminas e proteínas, tendo em conta a idade, o sexo e o estado físico de cada indivíduo (Nugent 2000; FAS 1998).

Nesta medida, torna-se imperativo estimular a prática da agricultura urbana, como garante do acesso a uma alimentação qualitativa e quantitativa ente mais eficiente, particularmente entre as populações mais pobres e/ou mais vulneráveis residentes nas cidades do mundo em desenvolvimento, situações agudizadas em tempos de crise ou de emergência, sempre que, por motivo de catástrofes naturais ou por razões de insegurança político-militar, os urbanitas sofram de quebra de abastecimento e distribuição de bens alimentares.

(*) Instituto de Investigação Científica Tropical - Apartado 3014 – 1301 LISBOA CODEX – PORTUGAL

Agricultura urbana é expressão que designa o conjunto dos labores desenvolvidos para produção, processamento e comercialização de bens alimentares, de origem vegetal ou animal, ou de outras espécies úteis ao Homem, existentes nos espaços intra-urbanos ou na periferia das manchas construídas e dentro de áreas metropolitanas de mais variada dimensão. O cultivo dos exíguos espaços desocupados é feito, preferentemente, por meio da reutilização de resíduos sólidos e de águas residuais convenientemente tratadas, práticas conducentes a um tão desejado desenvolvimento urbano sustentado (UNDP 1996; Madaleno 1999; Quon 1999).

A América Latina enfrenta, na actualidade, profundas mudanças demográficas. Diminuiu a mortalidade infantil e decresceram as taxas de fertilidade, caminhando-se a passos largos para um inusitado aumento da população adulta, o que coloca sérios problemas de desemprego e de subemprego. A taxa de urbanização é crescente, trazendo consigo mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida, o que vem afectando a saúde dos urbanitas, dos quais cerca de 35% vivem abaixo do limiar de pobreza (Sanchez-Griñan 1998).

Neste trabalho, pretendemos demonstrar a importância da prática da agricultura para a sobrevivência das populações de baixo rendimento, as quais, oriundas frequentemente de meios rurais, procuram desesperadamente nas urbes brasileiras a solução para os problemas que as afligem. Simultaneamente, sublinharemos os benefícios ambientais das técnicas agrícolas registadas nas duas cidades mais detalhadamente pesquisadas – Belém (N) e Presidente Prudente (SE) – apresentadas como exemplos paradigmáticos da realidade urbana brasileira, sobre a qual pouco se têm debruçado os geógrafos e planeadores urbanos do maior país da América do Sul.

A PRÁTICA DA AGRICULTURA NO INTERIOR DAS CIDADES

Os espaços agrícolas existentes no interior das cidades são frequentemente percebidos como arcaicos e inadequados ao meio em que se inserem. Para os construtores em geral, essas áreas não passam de reservas marginais e temporárias, imprescindíveis ou pelo menos adequadas apenas aos ditames do crescimento e desenvolvimento do tecido urbano, ou seja, não passam de espaços úteis à especulação imobiliária que aguardam o momento económico mais favorável à sua integração no mercado.

Contudo, essas reservas agrícolas têm um importante papel a desempenhar, tanto na economia familiar, quanto na urbana (mais abrangente), como garantes da produção de bens alimentares, suporte da melhoria da nutrição dos agregados, promotoras de emprego, ocupação ou lazer, espaços de liberdade e de cor, onde a natureza controlada pelo engenho humano se autonomiza e se divorcia dos espaços impermeabilizados, dos espaços construídos, percebidos como tipicamente urbanos.

Muitos são já os autores que se debruçam sobre as vantagens da prática de actividades primárias no interior das cidades. Com efeito, a agricultura urbana gera um leque vasto de funções úteis, a saber: produção alimentar; geração de saúde (mormente através do cultivo de plantas medicinais); manutenção de espaços verdes; criação de reservas genéticas; produção de oxigénio; geração de rendimento; promoção de espaços de lazer; de educação ambiental; de convívio das comunidades; criação de emprego; vocação para a terapia ocupacional; manutenção de reservas agrícolas; espaços de reserva ambiental; áreas de melhor gestão dos recursos hídricos (por serem espaços não impermeabilizados, logo espaços de infiltração das águas); áreas de potenciação de práticas de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos (Nasr 1996; Van den Berg 2000).

Nesta medida, as actividades primárias em análise contribuem quer para a integração económica, como para a integração ecológica das cidades. Eis porque muitos planeadores e gestores urbanos se preocupam já com a agricultura urbana, tornando-a repentinamente visível nos mapas de usos de solos, promovendo a discussão pública dos seus benefícios, legislando no sentido de minorar as restrições e constrangimentos a que tem sido votada, desde o início da primeira Revolução Industrial.

No Brasil, há diversos exemplos de municipalidades interessadas na protecção destas actividades e até na sua promoção, em especial na periferia, ou seja, no cinturão verde urbano. São exemplos Fortaleza e Teresina, no NE (PGU 2000); São Paulo, Rio de Janeiro e Presidente Prudente, no SE (Madaleno 2000); Brasília, no Centro-Oeste (Carvalho 1998); Curitiba e Londrina, no Sul (UNDP 1996); e Belém, no Norte brasileiro (Madaleno 1999).

Com efeito, em Belém do Pará, tanto a Prefeitura quanto o Governo do Estado vêm financiando actividades primárias nas ilhas de Outeiro, do Mosqueiro e de Cotijuba, sitas na periferia do município, onde assentaram famílias que cultivam fruteiras (banana, cupuaçu, coco, limão, pupunha, graviola e abacaxi), hortícolas (couve, coentro, cebolinha, salsa, jambú, cariru, agrião), mas também mandioca e feijão, produzidos em lotes individuais ou em hortas comunitárias, assistidas pelos serviços de extensão rural. A criação de galinhas e de patos é patrocinada pela Secretaria da Agricultura do Pará (SAGRI), um negócio lucrativo para os agregados que possuam espaços adequados, já que cada um dos candidatos pode receber até 15 Label Rouge (galinhas de pescoço pelado) ou um pato e seis patas da raça Paissandu, bem cotadas nos mercados locais.

Em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, foi criado um projecto intitulado "Alimente Prudente", com o duplo objectivo de melhorar a segurança alimentar das famílias carentes e de manter limpas e bem conservadas as áreas públicas ociosas e livres de construções, de que a Prefeitura não consegue cuidar, por falta de recursos financeiros e humanos.

Pretendia-se, com esse projecto, incentivar o associativismo e o trabalho colectivo, mas a procura por parte dos núcleos familiares e o individualismo imperaram, subvertendo o propósito inicial. A Secretaria de Agricultura fornece um tractor e ajuda no preparo do solo, faculta as primeiras sementes e fornece apoio técnico. A mandioca, batata-doce, o feijão, milho e um incontável número de hortícolas, são as espécies cultivadas em lotes dos bairros periféricos da mais variada dimensão. Os técnicos fornecem também apoio legal no sentido de ensinarem a assinatura de contratos de arrendamento entre agricultores urbanos e proprietários privados. Cada família apoiada pela Prefeitura, cultiva um ou mais lotes, registando-se hortas familiares com áreas compreendidas entre 500 e 3000 m².

AGRICULTURA URBANA EM BELÉM E EM PRESIDENTE PRUDENTE

A agricultura praticada nas cidades de Belém e de Presidente Prudente não é fenómeno transitório. A pesquisa realizada no Brasil demonstrou que mais de metade dos inquiridos cultivam quintais ou lotes urbanos há mais de 10 anos, enquanto acima de 1/3 se dedicam a actividades primárias há mais de 20 anos. As populações de baixa renda foram os mais quantiosos agricultores registados no interior das urbes (39% dos agregados inquiridos ganhavam menos de 250 dólares por mês e 77% menos de 600).

Estes resultados referem-se a duas amostras espaciais extraídas de Belém (1998) e Presidente Prudente (1999). A metodologia utilizada é similar à desenvolvida por outros investigadores destas temáticas (UNDP 1996; Van den Berg et al 1998; Vennetier 1961), envolvendo extensos levantamentos cartográficos e fotográficos dos municípios em análise, observação participante das actividades primárias existentes no interior das cidades, entrevistas abertas a especialistas locais e gestores municipais, contactos com organismos internacionais, mormente ONGs apostadas na resolução da pobreza urbana, processo coroado com a aplicação de um inquérito aos agricultores urbanos.

Em Belém extraímos uma amostra de metade dos 71 bairros que constituem a cidade, procurando representar as distintas camadas socio-económicas nos espaços diversificados que ocupam, tendo em atenção o tamanho das respectivas propriedades, a densidade da população e a proximidade ou afastamento do centro urbano. Seguindo um modelo interactivo de análise dos dados, usado na investigação qualitativa, fomos fazendo a redução da informação ainda durante o período de recolha, organizando-a por forma a permitir a interpretação coerente das variáveis pesquisadas e verificando in loco a validade das primeiras conclusões (Lessard-Hébert et al 1994).

O universo dos agregados inquiridos foi de 555 famílias em Belém do Pará e 280 em Presidente Prudente (SP), correspondendo a cerca de 2800 indivíduos na primeira cidade e 1050 na segunda. O processo de investigação foi idêntico nas duas amostragens, apenas melhorado em pequenos pormenores que a experiência revelou importante explorar um pouco mais. Referimo-nos, por exemplo, à necessidade de aprofundar alguns questionários com entrevistas abertas adicionais, em grande parte possíveis devido ao facto de Presidente Prudente ser uma cidade bem menor na dimensão física e humana, do que Belém (população 1 244 689 habitantes no Censo de 1991, contra 165 484 em Presidente Prudente).

A hipótese de investigação era a seguinte, a saber: os quintais estão na origem duma significativa porção de produção alimentar registada nas cidades dos países em desenvolvimento. Por quintais entendem-se os espaços verdes que rodeiam as casas de habitação dos cidadãos, onde se cultivam plantas ornamentais, fruteiras, condimentos, hortícolas, plantas medicinais, e onde se podem encontrar também lagos e peixes, galinheiros e outros anexos com gado de pequeno porte.

No Brasil encontrámos 3 tipos de espaços agricultados, dentro e na periferia das urbes: 1. Quintais; 2. Lotes intra-urbanos; 3. Chácaras e lotes periféricos.

Os quintais constituíram o grupo mais numeroso de espaços levantados, correspondendo a cerca de 87% das ocorrências. O membro do agregado que mais frequentemente se ocupa do quintal é a mulher – a mãe de família, a avó, uma filha ou nora (no caso das famílias alargadas), ou até a empregada doméstica, no caso dos espaços pertencentes às classes média e média-alta (respectivamente 19% e 4% das famílias inquiridas). Com efeito, procurámos entrevistar sempre o membro do agregado que cuidasse do quintal, o que correspondeu a 387 inquiridos do sexo feminino (69,7%) em Belém e 186 (66,4%) em Presidente Prudente.

Os lotes intra-urbanos são normalmente cultivados por população de baixa renda ou da classe média-baixa (os que recebem menos de 600 US\$ por mês e por agregado). São quase sempre elementos do sexo masculino que estão desempregados, subempregados ou aposentados, e praticam uma agricultura de rendimento ou mista. Nesses lotes, dominam os hortícolas, raízes e tubérculos em nítido contraste com a exuberância dos quintais, prenhes de biodiversidade, mas onde as frutas, condimentos, plantas ornamentais e plantas medicinais se destacam.

Quando aos lotes e chácaras periurbanas, são pertença quer da classe média ou média-alta, proprietários que vêm nesta actividade um hobby ou uma fonte de renda complementar, quer de gentes da classe média-baixa, em geral com um passado rural, que se especializam na produção de horticultura comercial, praticada em regime intensivo, irrigada, por vezes com recurso a adubos químicos e a pesticidas, com várias colheitas por ano, apenas possíveis nos ambientes quentes e húmidos dominantes em ambas as cidades pesquisadas. A este pequeno grupo de agricultores urbanos, todos do sexo masculino, pertencem 2,5% dos entrevistados em Presidente Prudente e 1,1% em Belém.

Em ambas as cidades, sitas em domínios tropicais, se regista uma precipitação elevada, permitindo a prática da agricultura todo o ano. As fruteiras são mais abundantes nos quintais, como dissemos, correspondendo a 95% das ocorrências em Belém e 86,8% em Presidente Prudente. As frutas variam bastante de quintal para quintal e de cidade para cidade, embora dominem nos dois casos as mangas, mamões, limões, laranjas, bananas, goiabas, abacates e acerolas.

Convém lembrar que algumas destas espécies são plantas que requerem pouco espaço, como é o caso da bananeira (3x2 metros); do mamoeiro (4x2,5m); da goiabeira (6x5m); da laranjeira ou do limoeiro (7x7m); o que se adequa perfeitamente aos exíguos espaços intra-urbanos, já que os lotes raramente ultrapassam os 500 m². Cresce, ainda, que as eleitas são geralmente fruteiras de produção rápida e que requerem poucos cuidados, o que as torna mais apetecíveis aos cultivadores urbanos. O mamoeiro leva 4 a 6 meses a produzir bom mamão; a bananeira, entre 13 a 15 meses; 36 meses, apenas, tarda uma boa goiabeira a dar goiabas e em 48 meses uma mangueira dá mangas de bom aspecto e tamanho (Wade 1986).

Ora a manga é de todas as frutas tropicais a mais rica em vitamina A. A acerola (*Malpighia puniceifolia*) a mais recomendada pela sua riqueza em vitamina C. Um só abacate contém 980 calorias, correspondendo a quase metade das nossas necessidades nutricionais diárias. A preferência que os pequenos agricultores urbanos belenenses e prudentinos demonstram pelas fruteiras, sobretudo as tropicais, pode-se dizer ser extensiva a outras urbes brasileiras onde já vivemos ou que tivemos oportunidade de visitar. Registámos, ainda, uma correlação positiva entre as frutas, os vegetais, os condimentos cultivados nos quintais, os animais criados, mormente galinhas e patos, e a alimentação consumida pelos agregados familiares.

A segunda maior ocorrência, tanto nos quintais, como nos lotes intra-urbanos foi a das plantas medicinais, 67% das espécies encontradas em Belém e 55,7% em Presidente Prudente. Os brasileiros acreditam na fitoterapia, possuindo também um extenso repertório de simpatias para cuidar de todos os males. As mezinhas e chás usados na medicina doméstica constituem um receituário sincrético de práticas índias ancestrais, receitas populares portuguesas, magias africanas e remédios orientais, já que tanto no Pará, quanto no estado de São Paulo, é significativa a colónia japonesa.

A *Lippia alba*, a erva-cidreira brasileira, é uma das mais numerosas, usada como calmante e antiálgico, particularmente recomendada contra as dores de estômago. O boldo do Chile (*Peumus boldus*) é recomendada para as afecções do fígado e a hortelã (*Mentha piperita*), usada para gripes e indigestões. O capim santo (*Cymbopogon citratus*), encontrado até à beira das estradas e caminhos, é usado contra as dores de barriga e externamente contra a queda de cabelo, tal como a babosa (*Aloe vera*), muitas vezes misturada com tutano de boi e retirada do couro cabeludo com a ajuda de sabão de coco. Folhas como a da canarana (*Costus spicatus*) são usadas contra doenças do aparelho urinário, enquanto a folha do algodão misturada ao limão e mel combate o catarro e cura a asma.

Quanto aos hortícolas, corresponderam a 46,4% das espécies levantadas nos quintais de Presidente Prudente e 21,6% em Belém. A mais abundante foi a cebolinha (*Allium fistulosum*), seguida da salsinha, a chicória (*Eryngium foetidum*) ingrediente essencial ao *pato no tucupi*, uma das iguarias da culinária amazónica. O caruru (*talinum triangulare*), a alface e o almeirão (*Chicorium intybus*), este último apenas

encontrado no estado de São Paulo, (onde substitui com vantagem a alface pois é aconselhado para as afecções do estômago, digestões difíceis e usado para combater a obstipação), são outros vegetais abundantes no interior das urbes pesquisadas.

Não queremos concluir este relato da agricultura praticada em Belém e Presidente Prudente sem acrescentar que 30,7% dos espaços prudentinos cultivados tinham menos 50 m² contra 23% de espaços belenenses. Como podemos ver no quadro I, a classe de área dominante era a compreendida entre 51 e 500 m². Mesmo as chácaras da periferia, raramente ultrapassavam o hectare de superfície, embora devamos enfatizar que a nossa pesquisa pouco ultrapassou o perímetro urbano, já que o principal objectivo era o de investigar os quintais.

QUADRO I – DIMENSÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA URBANA

ÁREA	BELÉM	PRESIDENTE PRUDENTE
< 50 m ²	23,0%	30,7%
51-500 m ²	61,3%	52,9%
501-1000 m ²	10,8%	7,1%
1001-4999 m ²	4,5%	8,9%
5000-1 ha	0,2%	0,4%
> 1 ha	0,2%	-

Inquérito aos agricultores urbanos de Belém (1998) e de Presidente Prudente (1999)

A AGRICULTURA URBANA E O AMBIENTE

Uma agricultura ambientalmente sustentável é aquela que preserva as reservas de água, melhora a fertilidade dos solos com novos nutrientes, controla as doenças das plantas com recurso mínimo a produtos químicos, maximiza o uso de fertilizantes orgânicos e mantém padrões elevados de qualidade do ar. A sustentabilidade ecológica desta actividade projecta-se no futuro, dada a necessidade de prover as gerações vindouras com recursos adequados a uma vida urbana saudável.

As investigações realizadas no Brasil revelaram que 59% dos cultivadores prudentinos usavam adubação orgânica, bem como 52,3% em Belém. Neste última cidade, o caroço do açaí, a fruta mais abundante nos quintais (39,8% das ocorrências), constituía o mais apetecido fertilizante natural. Mas tanto em Belém, como em Presidente Prudente, os dejectos dos avícolas criados nos quintais ou o esterco de boi comprado nas periferias urbanas constituíam os adubos mais utilizados. A reutilização de águas das cozinhas é igualmente prática corrente, mormente as águas usadas na lavagem de vegetais, carnes, ou as águas sobrantes da cozedura de legumes, da carne ou do peixe, assim como os restos do leite consumido e depois devidamente enxaguado com água da rede, que é lançado ao solo, tanto nos quintais como nos pequenos vasos que enfeitam os lares brasileiros.

Devemos salientar que a criação de gado não é muito significativa dentro da cidade de Presidente Prudente (apenas 17,1% dos espaços levantados), mas abrange cerca de 1/3 dos quintais visitados em Belém. As aves de capoeira foram as mais frequentemente registadas, umas vezes confinadas a anexos sites nas traseiras do quintal, outras ciscando livremente nos espaços verdes e até na rua. A vigilância da municipalidade no que concerne a espécies de maior porte, como suínos ou bovinos, era apertada nas duas urbes, já que aqueles animais são considerados inadequados ao meio urbano, mas em contrapartida a permissividade relativamente a galinhas ou patos era grande, como tivemos oportunidade de comentar antes.

Embora uma percentagem muito pouco significativa de agricultores urbanos usasse pesticidas e herbicidas, devemos enfatizar que era frequente os cultivadores queixarem-se da nociva acção de roedores e de formigas, que destroem as colheitas e infestam as casas, em especial na cidade de Belém, onde o clima é de tipo equatorial e os bairros periféricos estão rodeados de mata quase impenetrável. Contudo, dado o olvido a que a municipalidade tem votado a actividade agrícola intra-urbana, inexistente qualquer controle sobre o uso de biocidas, sobre a qualidade dos produtos colhidos nos lotes, ou sobre o grau de toxicidade das espécies consumidas pelos agregados familiares.

A importância da actividade agrícola dentro das duas urbes pesquisadas, associada ao predomínio da horizontalidade das construções, faz delas dois bons exemplos de cidades produtoras de oxigénio, prenes de biodiversidade, reservas genéticas ricas em frutas tropicais, algumas bem exóticas como o açaí (*Euterpe oleracea*) ou o jambo (*Eugenia malaccensis*), espaços de aroma e de cor, que se enriquecem ainda com ervas aromáticas e medicinais, cuidadas pelas mulheres e usadas com maestria

na culinária condimentada ou utilizadas para mitigar dores e promover a saúde e bem-estar do agregado familiar.

CONCLUSÃO

Esperamos que este estudo tenha contribuído para preencher lacunas existentes na literatura científica votada a estas temáticas, as mais das vezes teórica, outras preocupada essencialmente com os espaços periurbanos. Ao focalizar essencialmente os espaços intra-urbanos, pudemos dedicar-nos com propriedade ao estudo dos quintais, tão olvidados pelos especialistas, para os quais permanecem espaços invisíveis ou inacessíveis, rodeados por cercas e muros, e portanto, privados.

Outra das inovações dos dois projectos de investigação ora comentados, foi o registo de plantas medicinais e seu extensivo uso na medicina doméstica, quer pelas classes economicamente mais desfavorecidas, quer pelos bafejados pela fortuna. Independe também do grau de escolaridade, já que verificámos que 10% dos cultivadores urbanos belenenses tinham um curso superior, contra 12,5% em Presidente Prudente.

A agricultura urbana é importante dos pontos de vista social, cultural, económico e ambiental. Os actores envolvidos são os produtores, os consumidores, os vendedores, os gestores e, cada vez mais, os planeadores urbanos, a cujo apoio e estímulo se deve em grande medida o contínuo aumento de praticantes da agricultura dentro dos municípios urbanos, em todo o mundo.

É que estas actividades melhoram o rendimento e a nutrição das famílias carentes, criam oportunidades de emprego para jovens sem ocupação, providenciam proteínas e vitaminas aos agregados familiares a baixo custo, mantêm activos os aposentados, cativam as donas de casa, sendo ainda espaços de reciclagem de lixos domésticos, de produção de oxigénio, de infiltração das águas das abundantes chuvas, de embelezamento das urbes, espaços de lazer e auto-sustentação das famílias, o que veio confirmar a hipótese de investigação formulada.

BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, J.L.H. (1998) "Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar – PROVE", PGU/ALC, Brasília, pp. 1-51.
- FAS (1998) "Domestic Food Security", FASonline, U.S.A., pp.1-35.
- Lessard-Hébert, M et al. (1994) "Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas", Instituto Piaget, Lisboa.
- Madaleno, I.M. (1999) "Agricultura Praticada na Maior Cidade da Amazónia Brasileira", Territorio y Cooperación, Universidad de Sevilla, Sevilla, pp. 451-462.
- Madaleno, I.M. (2000) "Urban Agriculture in Brazil: A Tale of Two Cities", *Dialog*, 65(2), Berlin, pp. 24-27.
- Nasr, J (1996) "Agriculture as a Sustainable Use of Urban Land", FAO-ETC/RUAF electronic conference, pp. 1-6.
- Nugent, R (2000) "Urban and Periurban Agriculture, Household Food Security and Nutrition", FAO-ETC/RUAF electronic conference, pp.1-6.
- PGU (2000) "Políticas Públicas e suas Intervenções a Nível Municipal em Agricultura Urbana na Cidade de Teresina (PI), Brasil", Programa de Gestión Urbana/América Latina e Caribe, Teresina, pp. 1-21.
- Quon, S. (1999) "Planning for Urban Agriculture: A Review of Tools and Strategies for Urban Planners", International Development Research Centre, Ottawa, pp. 1-7.
- Sanchez-Griñan, M.I. (1998) "Nutrition Security in Urban Areas of Latin America", IFPRI, Washington, pp. 1-3.
- UNDP (1996) "Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities", United Nations Development Program, New York.
- Van den Berg, L.M. et al. (1998) "Small-Scale Market Gardeners around Jos, Nigeria", in Aoyagi, K; Nas, P.J.M. and Traphagan, J.W. (ed.) *Toward Sustainable Cities*, University of Leiden, Leiden, pp. 71-84.
- Van den Berg, L.M. (2000) "Urban Agriculture as the Combination of the 'Impossible' though sustainable Trends", FAO-ETC/RUAF electronic conference, pp.1-8.
- Vennetier, P. (1961) "La Vie Agricole Urbaine à Pointe Noire (Congo)", *Les Cahiers D' Outre Mer*, XIV, 53 (14), pp. 60-84.
- Wade, I. (1986) "City Food-Crop Selection in Third World Cities", *Urban Resource Systems*, Oakland.